

Nota pública sobre o caso do papagaio Bicudo

Em razão da ampla repercussão nacional alcançada pelo caso envolvendo o papagaio Bicudo, **o escritório Farenzena Tonon Advogados, que representa Cleviane Moreira Leite**, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos sobre o processo judicial.

Em outubro de 2023, Cleviane Moreira Leite ajuizou ação judicial buscando a regularização da guarda de **Bicudo**, papagaio-campeiro que resgatou ainda filhote, em 2021, em grave estado de saúde e que, desde então, permanece sob seus cuidados, vivendo solto e sem gaiola. A ação teve como objetivo regularizar a situação do animal e, principalmente, impedir sua apreensão pelo Ibama.

Em 2024, a Justiça Federal julgou a ação procedente e reconheceu o direito à guarda de Bicudo, considerando, entre outros elementos constantes dos autos, laudo veterinário que apontou riscos à saúde e à própria sobrevivência do animal caso fosse submetido à tentativa de reintegração à natureza.

O Ibama recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Na segunda instância, o **Ministério Público Federal também se manifestou favoravelmente a Cleviane**, opinando pela manutenção da sentença e pelo desprovimento do recurso do Ibama.

No primeiro julgamento da apelação pela 12ª Turma do TRF1, a formação inicial do colegiado resultou em **2 votos a 1 favoráveis a Cleviane**, mantendo, naquele momento, o entendimento de que Bicudo deveria permanecer sob seus cuidados. A desembargadora federal **relatora do processo, ficou vencida nessa formação inicial**, tendo votado pela reforma da sentença e contra a manutenção da guarda.

Como o resultado não foi unânime, o julgamento teve prosseguimento pela técnica de ampliação do colegiado prevista no **art. 942 do Código de Processo Civil**, com a participação de outros julgadores.

Na continuidade do julgamento, **a relatora reformulou e ampliou substancialmente o voto anteriormente apresentado, que passou a contar com 55 páginas**, mantendo sua posição pela retirada da proteção judicial que assegurava a permanência de Bicudo com Cleviane.



Após a entrada dos novos julgadores no colegiado ampliado, o resultado que inicialmente era de **2 votos a 1 favorável a Cleviane** foi invertido. Ao final, em **29 de julho de 2026**, o julgamento terminou por **3 votos a 2 contra Cleviane**, reformando a sentença de primeiro grau e afastando a proteção judicial que até então impedia a atuação do Ibama para apreensão do animal.

Portanto, é importante esclarecer a sequência dos acontecimentos: **Cleviane venceu em primeiro grau; obteve parecer favorável do Ministério Público Federal; teve maioria de 2 a 1 a seu favor na formação inicial do julgamento no TRF1; e somente após a ampliação do colegiado, com a apresentação do voto reformulado da relatora e a participação de novos julgadores, o resultado foi invertido para 3 a 2.**

Também merece esclarecimento que o processo foi ajuizado **em outubro de 2023**, e desde sua origem, a demanda trata da guarda, da regularização e, sobretudo, do bem-estar do papagaio Bicudo que vive solto, inclusive convivendo com outras aves da mesma espécie.

A defesa respeita as instituições e as decisões judiciais, mas **discorda juridicamente do entendimento que prevaleceu no julgamento ampliado**, até porque, a jurisprudência é amplamente favorável para permitir a regularização de animais silvestres em casos como de Cleviane e do papagaio Bicudo, e por isso, a defesa informa que exercerá todos os meios recursais previstos em lei para buscar sua revisão.

Já foi interposto **Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça - STJ**, acompanhado de pedido de efeito suspensivo, buscando impedir qualquer apreensão de Bicudo enquanto a controvérsia ainda estiver submetida ao Poder Judiciário. O processo **não transitou em julgado**.

A defesa continuará adotando todas as medidas jurídicas cabíveis para que o caso seja analisado à luz das provas produzidas no processo, dos precedentes dos Tribunais Superiores e, especialmente, das consequências concretas que uma eventual retirada poderá produzir sobre a saúde e o bem-estar de Bicudo.

Florianópolis/SC, 22 de setembro de 2026.